

É preciso abolir o lucro

LUIZ FELIPE MOREIRA LIMA

Durante os famosos 20 anos de ditadura militar (que desde o início e a cada dia tinha mais civil no meio) quem dissesse que o sistema de saúde deveria ser unificado e que os Estados da Federação deveriam se encarregar de executar uma Política Nacional de Saúde consistente com as nossas realidades, era considerado um subversivo, no mínimo. Isto porque as corporações médicas, como a Associação Médica Brasileira, a Federação Brasileira de Hospitais, muitos sindicatos e associações profissionais e patronais propunham que o modelo assistencial deveria ser privado, com ampla liberdade de escolha do médico pelo paciente e, evidentemente, uma melhor remuneração, a ser paga pela Previdência Social.

Isto é, livre escolha à custa do Estado.

Quanto à saúde pública propriamente dita: "Que a União se encarregue disso". O tempo foi passando e à custa de muita miséria e morte, por doenças e mazelas afins, o então chamado "sistema" percebeu que não se escamoteia a realidade com discursos ou intimidações. No caso da saúde, independentemente do "pra frente Brasil" tão propalado, os indicadores sanitários continuavam

a piorar. A crise social e política decorrente destes fatos e de inúmeros outros fez com que o "sistema" se desmantelasse e daí, para falar apenas em saúde, ficou um "buraco" no discurso da corrente dita "privatista".

O que fazer para dar resposta ao recrudescimento de epidemias e à visível deterioração da qualidade de vida e da saúde da população? Como recuperar a credibilidade dos órgãos governamentais quando ocorrem coisas semelhantes ao acidente radiativo de Goiânia e se descobre que os produtos que podem ser danosos à saúde da coletividade não têm o mínimo controle?

Só há duas saídas para esta situação. Uma delas é o que hoje grupos de interesses econômicos ou corporativistas estão tentando fazer, ou seja, assumir o discurso da saúde pública como se fosse originalidade sua e, de fato, insistir nas velhas teses de privatização sustentada pelo Estado, o que é uma impostura. Isto condiz com uma nova política (mas muito antiga) de ser avançado no discurso e retrógrado na prática. E assim vemos as antigas teses da "esquerda" sendo defendidas por setores os quais jamais se suporia que o fariam com tanto ardor: a unificação do sistema de saúde, a descentralização administrativa, a hierarquização de procedimentos, a preocupação com a qualidade dos

produtos e por aí vai...

Pode-se portanto considerar que a questão técnica não é problema, ao nível conceitual ao menos, e o que importa é saber quem comandará o processo daqui para a frente. O cidadão comum deve se perguntar, em meio a tantas nuances, como se comportar. Isto é, em quem acreditar e depositar sua confiança? E esta é a segunda saída possível e talvez a única eficaz. A experiência mostra que se deve desconfiar de todos, menos de sua própria iniciativa. E isto quer dizer lutar para que haja cada vez menos intermediários entre as necessidades de um grupo e a organização dos serviços que irão atendê-lo. O cidadão deve agir diretamente sobre os destinos institucionais, planos, programas e mesmo a própria administração, e abolir da atividade de saúde a possibilidade de lucro.

Isto não quer dizer que não se remunere condignamente a dedicação, o talento e a qualidade, mas que a doença não seja uma mercadoria e o doente um cheque em branco, e mais, que se prefira que haja doentes ao invés de se evitar as doenças.

Luiz Felipe Moreira Lima é Vice-Presidente Nacional do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e ex-Secretário Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.
